

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	V
<i>Prefácio</i>	XI
Capítulo I — CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	
1. Direito financeiro e direito tributário	1
2. Denominação do direito tributário	4
3. Direito tributário como ramo do direito público	5
4. Autonomia do direito tributário	6
4.1. Autonomia e especialização	7
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	10
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	11
Capítulo II — CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	
1. Noção de tributo	15
2. Conceito de tributo	18
2.1. Crítica do conceito legal de tributo	19
2.2. Nossa definição de tributo	25
3. Figuras tributárias	27
3.1. Rol de tributos na Constituição	28
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	30
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	30
3.3.1. Taxas de polícia	32
3.3.2. Taxas de serviço	33
3.3.3. Taxa e preço público	40
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	46
3.5. Outras figuras tributárias	48
3.5.1. Pedágio	48
3.5.2. Empréstimo compulsório	50
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas	52
3.5.4. Contribuição para iluminação pública	55

4. Classificação das espécies tributárias	56
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	56
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	59
4.3. O problema da classificação das contribuições	61
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	64
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas	67
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tributárias	69
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias	74
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo	75
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias	81
4.9.1. Impostos	81
4.9.2. Taxas	83
4.9.3. Contribuições	84
4.9.4. Empréstimos compulsórios	86
5. Outras classificações de tributos	88

Capítulo III — A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas	93
2. Classificação da competência tributária	95
3. Critérios de partilha da competência tributária	96
4. Exercício da competência tributária	99
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária	101
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária	102

Capítulo IV — LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	105
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais	108
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar	109
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade	111
3.1. Reserva de lei formal e exceções	116
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	118
4.1. A irretroatividade relativa das leis	118
4.2. A irretroatividade da lei tributária	118
4.3. Irretroatividade e imposto de renda	119

5. Princípio da anterioridade da lei tributária	120
5.1. Anualidade e anterioridade	121
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	124
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	125
5.4. Anterioridade e imposto de renda	128
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	134
6.1. Princípio da uniformidade	137
7. Princípio da capacidade contributiva	138
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais	142
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório	144
9. Princípio da liberdade de tráfego	145
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio	146
10. Princípio da transparência dos impostos	147
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	148
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	149
13. Imunidades tributárias	150
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tri- butar”	153
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional ...	158
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constituio- nal	160
14. Limitações de alíquotas	161
15. Limitações quanto à base de cálculo	163
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios	163

Capítulo V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	165
2. A Constituição Federal	166
2.1. Emendas constitucionais	166
3. Leis complementares	167
3.1. Origem e características	167
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário	168
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Na- cional	170
4. Leis ordinárias e atos equivalentes	172
4.1. Leis ordinárias	172
4.2. Leis delegadas	172
4.3. Medidas provisórias	173
5. Tratados internacionais	178
5.1. O tratado como lei especial	178

5.2. A questão do primado dos tratados	181
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal	184
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material	188
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo	189
7.1. Resoluções	189
7.2. Decretos legislativos	190
8. Convênios	190
9. Decretos regulamentares	190
10. Normas complementares	191

Capítulo VI — VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis	193
2. Regras gerais	194
3. Vigência no espaço	194
3.1. Leis estrangeiras	196
4. Vigência no tempo	196
4.1. Vigência e princípio da anterioridade	198
5. Aplicação da lei tributária	199
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária	200
5.2. As chamadas leis interpretativas	200
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações	202

Capítulo VII — INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração	205
2. Interpretação do direito tributário	207
3. Integração do direito tributário	210
3.1. Analogia	212
3.2. Princípios gerais de direito tributário	213
3.3. Princípios gerais de direito público	214
3.4. Eqüidade	215
4. Princípios gerais de direito privado	217
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária	220
6. Interpretação literal	221
7. Interpretação benigna	222
8. A interpretação econômica do direito tributário	223
9. Abuso de forma, abuso de direito e simulação	229

10. A dissimulação do fato gerador	237
11. A desconsideração da pessoa jurídica	239

Capítulo VIII — A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação	243
2. Obrigação tributária	245
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária	246
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória	247
2.2.1. Obrigação principal	247
2.2.2. O sentido da “accessoriedade” da obrigação dita acessória	249
2.3. Obrigação e fato gerador	250
2.4. Obrigação e patrimonialidade	251
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo	251

Capítulo IX — FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador	255
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”	257
3. Elementos do fato gerador do tributo	263
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados	267
5. Momento da ocorrência do fato gerador	271
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição	273
6. Fato gerador, presunções e ficções	273
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes	275
7.1. Interpretação do fato gerador	277
8. Efeito do fato gerador	278
9. Incidência, não-incidência, imunidade e isenção	279
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”	282
9.2. Regime jurídico da isenção	284
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade	285
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	287
9.3. Classificação das isenções	289

Capítulo X — SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária	291
--	-----

1.1. Competência tributária e sujeição ativa	292
1.2. Sucessão do sujeito ativo	294
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado	296
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	297
3. Contribuinte	299
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva	300
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	301
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	302
4. Responsável	303
4.1. Responsável como “terceiro”	304
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias	305
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável	307
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional	311
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária	312
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte	313
7.3. Responsabilidade solidária	313
7.3.1. Efeitos da solidariedade	317
7.4. Responsabilidade por sucessão	319
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	326
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	327
8. Sujeição passiva e convenções particulares	328
9. Capacidade tributária	329
10. Domicílio tributário	330

Capítulo XI — LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	333
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	338
3. Conceito de lançamento	342
4. Natureza do lançamento	346
4.1. Lançamento como ato administrativo	346
4.2. Lançamento como ato vinculado	347
5. Moeda do lançamento	347
6. Lei aplicável ao lançamento	348
7. Inalterabilidade do lançamento	349
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	350
9. Modalidades de lançamento	356
9.1. Lançamento por declaração	358
9.2. Lançamento e revisão de ofício	360
9.3. Lançamento por homologação	362
9.4. A necessidade do lançamento	369

10. Lançamento e arbitramento	370
11. Efeitos do lançamento	371
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário	372

Capítulo XII — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade	375
1.1. Suspensão da exigibilidade	376
2. Moratória e parcelamento	379
3. Depósito do crédito tributário	382
4. Reclamações e recursos administrativos	383
5. Liminar e tutela antecipada	383

Capítulo XIII — EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário	385
2. Extinção da obrigação acessória	387
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	387
4. Pagamento	391
5. Consignação em pagamento	394
6. Decadência e prescrição	395
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916	396
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002	400
6.3. Prazos extintivos no direito tributário	401
6.4. Decadência do direito de lançar	406
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação ...	408
6.5. Prescrição da ação de cobrança	413
6.6. Prescrição e lançamento por homologação	417
6.7. Interrupção da prescrição	417

Capítulo XIV — REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito	419
2. O direito à restituição do indébito	420
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento	421
3. Hipóteses de restituição	422
4. Restituição de tributos indiretos	424
5. Restituição de juros e penalidades	426
6. Prazos extintivos	427
7. Restituição e compensação	429

Capítulo XV — INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	431
2. Sanções criminais e administrativas	432
2.1. As “classificações” do direito penal	435
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”	436
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais	439
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais	439
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	440
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	442
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade ...	444
6. Responsabilidade por infrações e dano	446
7. Responsabilidade pessoal do agente	447
7.1. Ilícitos criminais	448
7.2. Infrações de dolo específico	449
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	450
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infra- ções	451
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	452
8.2. Forma da denúncia	453
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	454
9. Anistia	455
9.1. Anistia e isenção	456
9.2. Anistia e remissão	456
9.3. Anistia e obrigações acessórias	457
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia	457
9.5. Anistia fiscal e dolo	458
9.6. Forma e formalidades da anistia	460
10. Crimes tributários	462
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	462
10.2. Histórico dos crimes fiscais	462
10.3. Crimes contra a ordem tributária	464
10.4. Depositário infiel	466
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade	467
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade	468

Capítulo XVI — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	469
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	471

3. Presunção de fraude	472
4. Indisponibilidade de bens	474
5. Preferências do crédito tributário	475
6. Prova de quitação de tributos	477

Capítulo XVII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	479
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal	480
1.2. Procedimento de fiscalização	482
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	483
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco	483
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco	484
2. Dívida ativa	485
3. Certidões negativas	485

<i>Bibliografia</i>	487
---------------------------	-----